

FH vê 97 marcado por emprego e investimento

Presidente diz que todas as previsões foram superadas em 96 e expectativa é de que economia cresça de 4% a 5%

EDSON LUIZ

FERNANDO DE NORONHA — O presidente Fernando Henrique Cardoso considera que 1997 será o ano do investimento e do emprego. O governo espera que a economia cresça entre 4% e 5% este ano, pois acha que todas as previsões feitas em 1996 foram superadas. O presidente também quer que o Congresso vote logo a emenda da reeleição, para que outros temas importantes sejam definidos. "É preciso que tome logo uma decisão para evitar que uma série de matérias, que são da maior importância, fiquem postergadas por causa, perdão, deste nhenhênhem..."

O presidente quebrou o descanso e a promessa de não falar de política em duas horas de conversa com jornalistas no arquipélago de Fernando de Noronha. Sobre reeleição, principal pauta política de janeiro, o presidente adiantou que, se tiver de se candidatar de novo, a sociedade saberá compreender que não estará simplesmente querendo esticar o mandato. "O povo brasileiro não é bobo", disse. "Por mais que tentem dizer, sabe que não é uma prorrogação; sabe que é uma escolha."

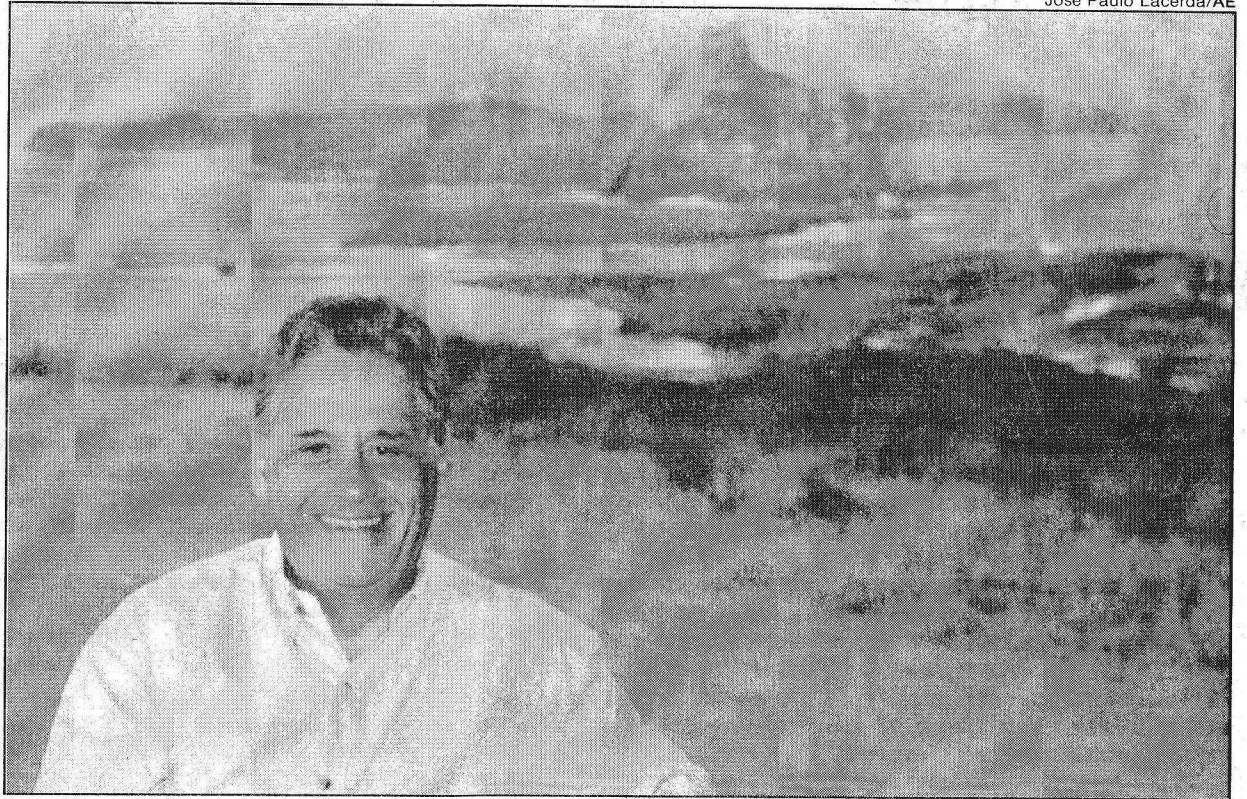
Os principais pontos da conversa:

Futuro da economia — Não fazer previsão econômica é uma medida sábia, porque em geral as projeções não dão certo. Nós não imaginávamos que a inflação fosse menos de 10%, e no Orçamento tínhamos embutido inflação de 14%. O resultado foi que o governo teve problema, porque não teve receita correspondente. É difícil fazer projeções, podem se fazer análises. Todas as que li dizem que as de 97 serão melhores que de 96. Tomara. Em vez de fazer projeções, tem de estar aparelhado para atuar no momento certo e pensando no que é melhor para o País e para o povo. Eu disse há meses, e me gozaram muito, que no fim do ano íamos estar rolando nossa economia em 6%. Vai ver quanto cresceu a economia no último trimestre. Sabia que ia acontecer isso porque tomamos medidas de segurar e depois de soltar. O ministro da Fazenda tem dito que para o ano que vem a economia deve crescer de 4% a 5%. Tomara que seja 5%, e que se faça isso com controle da balança comercial, sem que provoque problemas maiores, e que a taxa de juros continue caindo. Vamos atuar nesta direção, mas isso depende também de muitos fatores, da população, dos empresários, do consumidor, de que não aconteça um acidente com a safra. Tem muitos "porém". Economia é isso, não é uma ciência do tipo exata, é uma espécie de navegação. Nós temos evitados os bancos de areia. Não encalhamos, isso é o principal.

Desemprego — Apesar de todas as dificuldades, os dados mostram que aumentou as ofertas de emprego. Isso não quer dizer que não haja desemprego. São duas coisas separadas. Podem estar crescendo o número de postos de trabalho, e ao mesmo tempo pode haver um aumento no nível de desemprego. A cada ano entra um novo contingente e pode estar aumentando muito a oferta, mas ao mesmo tempo ocorrendo o desemprego. Isto aconteceu no Brasil. Este ano, em certos momentos, a taxa de desemprego cresceu, mas já caiu e a taxa de 1996 é menor que a de 1994. Só os Estados Unidos têm o mesmo nível. Os demais países têm taxas maiores que o Brasil. São Paulo está sofrendo um processo particular de reestruturação, não no Interior, onde você tem mais empresas, mas na Grande São Paulo. Em compensação, no Nordeste houve ofertas de empregos. Está havendo uma mudança na estrutura de produção. Quanto a emprego, fizemos um esforço grande, o governo não ficou de braços cruzados.

Investimentos — Este ano vai ser o ano do investimento e do emprego. O consumo era necessário, vai continuar havendo, mas precisamos aumentar a taxa de investimento, que já está crescendo. Eu li que o Brasil está recebendo mais investimentos diretos dos Estados Unidos do que qualquer outro país do mundo, inclusive a China. Quando as taxas de investimentos crescem, se tem uma taxa de crescimento da economia e uma expansão de empregos.

Popularidade — Não gosto de comentar pesquisas sobre popularidade, porque não se pode governar como se fosse um barquinho que atravessa o Canal da Mancha. Quando a onda sobe, ele sobe. Quando a onda



"Não tem nenhum sentido ficar com essa história de barganha, não há barganha de coisíssima nenhuma"

desce, ele desce. É claro que se fica contente quando o resultado mostra que a população está apoiando, mas isso não deve levar o governo a pensar que, tendo apoio, pode ou acontece. Não, tem de ter um programa. Nós temos de ter objetivos, de estar convencidos deles e tentar convencer os outros. Até agora as pesquisas têm mostrado que a população apoia o governo, o Real. As pessoas que imaginam que dominam porque têm tanto apoio, às vezes tropeçam.

Reforma do Estado — Estamos mudando o Estado brasileiro. Estamos fazendo muitas transformações, mas eu digo sempre: ninguém nunca pode estar satisfeito, tem de fazer mais. Eu queria agradecer ao povo do Brasil, pois nada do que foi feito teria sido possível se não fosse este povo formidável. Primeiro com o real, que falei desde o início que ia dar certo e o povo entendeu. Aqui, o que se tem de fazer é explicar. Quando se explica, se diz a razão. Ninguém muda só por uma decisão do presidente, dos ministros ou do Congresso. A mudança é um processo mais geral e precisa de convencimento, precisa da população. O que não pode é achar que está tudo errado, porque não está. Há coisas boas e coisas ruins. Eu só quero que em 97 o povo continue como é: bom, generoso, trabalhador e também exigente. É para isso que fomos eleitos, para cumprir o que a população deseja. Gostaria que a população sentisse mais diretamente os efeitos positivos da saúde. Espero que mais acordos sejam feitos para a transferência direta dos recursos do Ministério da Saúde para os Estados. Isto, no fundo, é a reforma do Estado.

Reeleição — Desde que entrei no governo existe esta história de que fez isso porque está em campanha, fez aquilo porque quer a reeleição. Esta mania de julgar intenções é muito ruim. Se eu fizer alguma coisa errada, critiquem; agora, julgar intenções, não. A reeleição é um assunto do Congresso, que deve tomá-la o quanto antes, porque temos problemas muito mais importantes do que este, como as reformas da Previdência, fiscal, administrativa, a regulamentação do petróleo, telecomunicações e energia elétrica. Isto é muito mais importante para a vida do País do que discutir reeleição. Então, precisamos afastar esta questão. Eu não vou ser diferente do que fui a vida toda. Não vou utilizar nenhum instrumento, esta não é uma questão (ninguém vai acreditar) pessoal, não é mesmo. Você acha que ser presidente da República, para quem já é, é uma coisa extraordinária? Não é uma coisa que, do ponto de vista pessoal, motive. O que motiva são outras coisas — é realizar modificações pelo Brasil. Agora, para realizá-las não vai, obviamente, comprometer a sua forma de conduta e a sua biografia. Para obter o quê? Isso é bobagem. Acho que não tem nenhum sentido ficar com esta história de barganha, não tem barganha de coisíssima nenhuma. Acho que isso acontece quando o povo quiser. Se o povo quiser, a coisa acontece; se não quiser, não acontece. Sempre vejo nos jornais: ele só pensa nisso. Quem disse que eu só penso nisso? Com quem eu falei? Com ninguém. Devemos passar esta questão de mudança institucional com tranquilidade. Aconteça o que acontecer, não vou mudar nada.

Plebiscito — O Congresso tem competência constitucional para tomar uma decisão. Se eu, como presidente da República disser, vamos fazer um plebiscito, vamos fazer não sei o que, estarei diminuindo a competência do Congresso. Não posso entrar na discussão. Não dei uma palavra nem contra nem a favor. Se o Congresso acha que precisa complementar a força constitucional dele com a opinião do povo, que faça. Se achar que não precisa, não faça. De qualquer maneira, se aprovada a reeleição e se eu for candidato — é sempre um "se", não é automático — haverá ainda o referendo do povo, vota ou não vota. Como o povo brasileiro não é bobo, e por mais que tentem confundir e dizer que é uma prorrogação, ele sabe que não é, que é uma escolha. Quem vai decidir é o povo mesmo. O Congresso deve tomar a decisão responsabilmente. Só peço que tomem logo, para evitar que fiquem uma série de matérias que são da maior importância postergadas por causa deste, perdão, nhenhênhem.

Reforma ministerial — Não penso em reforma ministerial. O Brasil não deve viver permanentemente sob a ameaça de que vai mudar tudo. Quando as coisas estão avançando de maneira satisfatória, não vejo por que criar clima de tensão e insatisfação. Ninguém pode trabalhar bem sendo ministro sob o tacho de "vai mudar, não vai mudar". Já mudei alguns, posso mudar outros. Mas não vai haver nenhuma reforma em função de acordo político porque vai acontecer isso, vai acontecer aquilo, votou assim, votou assim, mudou. Nunca aconteceu isso. Na Saúde, agora, ouvi dizer que o presidente iria deixar para nomear só depois da votação disso, daquilo, e não sei do quê em fevereiro. Calmamente já estava vendo quem iria colocar como ministro. Já tinha conversado com vários, de repente vi a pessoa que queria, por razões de competência. Não vou fazer nada diferente disso. Sobre o Ministério da Justiça, não pensei no assunto ainda. Nem sequer sei quando o ministro Nelson Jobim vai assumir no Supremo. Primeiro tem de haver a aprovação do Senado. Só depois vou pensar nisso.

Eleição no Congresso — As eleições das mesas da Câmara e do Senado são realmente um momento de tensão dentro do Congresso, sempre foram. O governo não deve entrar na discussão como se fosse parte legítima para votar, não é. Quem vai votar são os senadores e os deputados. Muitas vezes vão usar o nome do presidente, o nome do governo. Mas o Executivo deve ser moderado nesse aspecto. O problema é que tenho muitos aliados, então é difícil. Nem cabe uma escolha, porque estão todos, no ponto de vista político, apoiando o governo. Então temos de dar tempo ao tempo. O Senado vai decidir, Câmara vai decidir, e isso não tem nada a ver com as votações que estão tramitando lá. Tenho um relacionamento excelente com todos os que estão nomeados como eventuais candidatos.

PSDB e PFL — Não tenho nada a dizer, a não ser que eles votaram com muito empenho. É natural que os partidos tenham, num dado momento, seus interesses enquanto partidos. Eu, como presidente da República, não posso entrar na briga entre eles. Acho legítimo que cada

um queira aumentar a sua área de influência. Não tenho a menor queixa do PSDB. Há eventualmente um ou outro deputado que tem uma posição discordante em matérias importantes, mas respeito. Isto aqui é uma democracia, não é um "crê ou morre" e nem sou de cobrar. "Oh, o fulano votou assim, o nome dele está no livrinho." Isto aqui não é tanger o gado, isto aqui é uma democracia. As opiniões existem, têm de ser respeitadas, mas tenho de influir, pois sou o presidente da República. Tento influir, tento convencer, mas isso não significa ficar cobrando no sentido negativo. Muita gente diz, "Ah, se o presidente cobrasse..." Mas se eu cobrasse, voltaríamos ao passado. Se puder tomar uma decisão para mudar as coisas, não quero saber se é adversário ou não. Perguntem aos governadores do Espírito Santo, Pernambuco, Distrito Federal, de Mato Grosso ou do Paraná, que são de partidos que não fazem parte da minha base, se sofreram restrições de minha parte ou de parte do governo.

Piores momentos — Houve momentos difíceis. O primeiro foi a questão da crise cambial, em março e abril, depois da crise do México. Depois teve a greve dos petroleiros. Ou eu tomava uma decisão firme, ou não governava, porque havia um desrespeito a uma decisão da Justiça. Foram momentos delicados. Teve também o problema da agricultura. Quanto ao massacre de Eldorado do Carajás, fui para a televisão protestar, mas isso não era de minha alçada. Interpretaram que a população me deu menos apoio por causa do massacre (referiu-se a uma pesquisa do Ibope que mediu uma queda de popularidade durante o massacre) pode ser, porque era um fato negativo e o presidente da República acaba sofrendo as consequências desse impacto, mas as pessoas que sabem, que tem consciência, sabem que me empenei. O que estava ao meu alcance foi feito. É fácil criticar. Convocam um tribunal internacional, com gente que não sabe nada sobre o Brasil, e condenam o presidente, que não tem nada a ver com o assunto. Aí é exploração política, mas a população não embarca nisso. Eu não reajo na hora, não é meu estilo. Se jogarem uma pedra, eu não jogo duas. Vejo primeiro qual é o tamanho da pedra, onde caiu, se feriu, se não feriu, vale a pena ou não...

Proer — Não é um problema, é uma solução. Nunca tive medo do custo político do Proer. As coisas, quando têm de ser feitas, são feitas. Quem não tiver coragem de enfrentar, não deve se meter a ser governante. O custo você ganha no médio prazo. O Proer foi um instrumento criado para evitar uma degringolada no sistema financeiro. Hoje não há mais este perigo, ninguém tem medo de perder a poupança, os bancos estão funcionando e ganhando menos. Houve uma redução brutal da participação dos bancos no PIB, caiu pela metade e muitos deles sofreram consequências, foram fechados, os banqueiros pagaram o preço, nenhum deles se beneficiou quando tiveram os bens bloqueados, então não há problema nenhum. E o custo do Proer, se comparado a outros países, se pensar que o governo não vai recuperar nada do que emprestou, aliás, emprestou um dinheiro dos próprios bancos, se não recuperar nada, isso é 1% do PIB. No Chile, deve ter sido gasto 12%. No Brasil, o programa foi bem feito e elogiado em todo o mundo. Aqui, algumas pessoas querem explorar politicamente, dizer que o Proer vai beneficiar banqueiros. Não vai. O banqueiro que fizer besteira, paga. O depositante não sofre a consequência do erro.